

Human Rights Watch critica política de Bolsonaro para mulher: “Não avançou”

A organização internacional Human Rights Watch, voltada para a defesa dos direitos humanos, divulgou nesta terça-feira (14) a 30ª edição do seu Relatório Mundial. O capítulo dedicado ao Brasil ocupa nove páginas, de um total de 652, e parte dele se debruça sobre alguns dos problemas envolvendo direitos das mulheres e meninas no país: violência doméstica, retrocessos em relação ao aborto e altas taxas de cesarianas desnecessárias.

[\(Universa, 14/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Também critica as políticas do governo do presidente Jair Bolsonaro para a população feminina, que em um ano não apresentou avanços efetivos, segundo a entidade.

“Bolsonaro colocou os direitos da mulher como prioridade em sua campanha, mas, após um ano de governo, não há atuação enérgica, não teve avanço. Teve muitos anúncios de políticas, iniciativas, campanhas, mas não se traduziu em melhoras efetivas e reais”, afirma o pesquisador da HRW, César Muñoz.

“Houve redução de investimento na área e, mesmo com orçamento reduzido, o governo só executou 40% do dinheiro que tinha até novembro. E foi para manter o canal de denúncia de violência contra a mulher, que já existe há muitos anos”, complementa Muñoz. Com base em estudos e notícias veiculados ao longo de 2019, a instituição conclui que, apesar de o país ter avançado no combate à violência doméstica com a criação da Lei Maria da Penha, a legislação, 14 anos depois de sua criação, ainda não foi implementada de forma adequada.

Somente 8% dos municípios brasileiros têm delegacias especializadas e, em 2018, havia um milhão de casos de violência doméstica aguardando julgamento.

“Violência contra mulher é um crime muito específico, requer uma resposta igualmente específica. Mas as autoridades brasileiras não estão preparadas. Policiais que atendem as vítimas precisam ter um preparo para atendê-las, identificar os sinais e entender a complexidade dos casos. Não é o que acontece na maioria dos casos”, diz Muñoz.

Aborto e direitos reprodutivos

Outro ponto abordado são os direitos reprodutivos. Segundo o relatório, ainda que a lei brasileira garanta o direito ao aborto em caso de estupro, risco de vida da mulher e anencefalia, a maioria dos hospitais que são autorizados a interromper gestações nesses casos não pode ou se nega a oferecer o procedimento.

Sobre a discussão relacionada a ampliação da lei do aborto, Muñoz acredita houve tentativas do governo de restringir o debate. “O caso da ministra Damares Alves [da Mulher, Família e Direitos Humanos] pedindo ao Ministério Público que processasse jornalistas da revista AzMina é descabido. O artigo sobre aborto que publicaram era informativo, com dados da Organização Mundial da Saúde. É restringir o acesso à informação”, diz.

“O aborto é uma prática muito comum no Brasil, mas se fala muito pouco sobre. Nos últimos anos, o debate teve mais relevância e abertura, como nas audiências no STF (Superior Tribunal Federal) em 2018, em que participamos. É muito positivo falar sobre uma realidade que todo mundo sabe que acontece.”

O documento ainda questiona a resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) que dá aos médicos o poder de realizar intervenções em mulheres grávidas, levando desnecessários procedimentos de cesarianas. O Brasil é um dos campeões na realização de cesáreas no mundo, indo de encontro a recomendações de órgãos internacionais. Atualmente, essa forma de parto compreende 55,5% dos procedimentos no país. A OMS (Organização Mundial da Saúde) estima que a cesariana seja necessária apenas em 10% dos casos.

“Vamos continuar monitorando todas as questões e, quando necessário, levar o debate a autoridades do governo. Na próxima semana, teremos um

encontro com o ministro da Justiça Sergio Moro. Pedimos uma reunião com Damares em outubro, mas não tivemos retorno. Pretendemos pedir de novo.”

Bolsonaro restringiu direitos de LGBTs

O relatório ainda analisa a escalada de homofobia no país visto no último ano, reforçada por falas do presidente Jair Bolsonaro. “Quando tem um presidente que faz declarações homofóbicas, cria um clima hostil em relação a orientação sexual e identidade de gênero. É perigoso porque abre espaço para a violência. E o que a gente espera do presidente é o contrário: que respeite a escolha de cada um e apoie o direito do cidadão de ser feliz como quiser “, critica Muñoz.

Por Camila Brandalise com colaboração de Maria Carolina Trevisan

Gestos vazios do governo para as mulheres, por César Muñoz Acebes

Com Damares, falta investimento e sobra marketing

[\(Folha de S.Paulo, 10/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [Damares Alves](#), convocou uma coletiva de imprensa em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Ela [permaneceu em silêncio](#) por longos 30 segundos na frente das câmeras de televisão e saiu. Mais tarde, explicou aos repórteres que foi de propósito para fazê-los ver “como é difícil uma mulher ficar em silêncio. É muito ruim tirar a voz de uma mulher”.

Damares queria atrair atenção para uma nova campanha publicitária de combate à [violência contra as mulheres](#). De acordo com um comunicado divulgado por seu ministério, a ministra falou “sobre inúmeras políticas e leis voltadas às mulheres já implementadas nesta gestão”.

E, no entanto, o financiamento federal de projetos para proteger as mulheres secou desde janeiro do ano passado, quando o presidente Jair assumiu. O orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que faz parte do ministério de Damares, foi cortado em 27% em 2019, de acordo com dados obtidos pela Human Rights Watch por meio da Lei de Acesso à Informação. Além disso, dos R\$ 51 milhões alocados pelo Congresso em 2019, a secretaria havia usado apenas cerca de 40% (R\$ 20 milhões) em novembro.

Mais de 90% de todo o dinheiro que a secretaria gastou foi destinado à manutenção do Ligue 180, uma linha telefônica criada em 2005 por meio da qual mulheres podem denunciar atos violentos e receber informações sobre os serviços disponíveis. No entanto, o investimento do governo federal nesses serviços de atendimento foi mínimo.

Serviços de apoio adequados, que o governo federal deveria desenvolver e financiar em cooperação com autoridades municipais e estaduais, podem fazer a diferença para [milhares de mulheres](#). Uma delas é uma jovem de 27 anos, mãe de dois filhos, que conheci em outubro em Boa Vista, Roraima, estado com o maior índice de assassinatos de mulheres no país. Ela me contou que sofreu violência doméstica por nove anos e denunciou essa situação à polícia cinco vezes, mas “a polícia não fez nada”.

Em fevereiro, ela deixou o parceiro e foi morar com a irmã, mas o parceiro da irmã também era abusivo. Depois de dois meses fora de casa, essa mãe não conseguia encontrar um lugar seguro para morar com seus filhos. Não teve outra alternativa senão voltar com o parceiro e “à violência”, resumiu.

Em 16 de outubro, seu parceiro a espancou brutalmente na frente dos filhos. “Pensei que ia morrer”, lembrou, entre lágrimas. Desta vez, ela denunciou a agressão à polícia na [Casa da Mulher Brasileira](#) de Boa Vista, uma instalação inaugurada em dezembro de 2018 e que possui uma delegacia da mulher, um

abrigo temporário e fornece apoio psicológico, além de outros serviços especializados. Pela primeira vez essa mulher viu a polícia realmente responder à sua denúncia e procurar o agressor. Ela também obteve uma medida protetiva, que proíbe o ex-parceiro de se aproximar. E lá ficou por dois dias no abrigo temporário, onde eu a conheci.

“Esta casa é muito importante”, disse ela. “É um lugar de esperança. Eu posso deixar a violência para trás.” [Existem cinco casas semelhantes no país](#), incluindo uma em São Paulo que a ministra Damares inaugurou em 11 de novembro. Mas, até o começo daquele mês, o governo Bolsonaro gastou zero real dos quase R\$ 13 milhões alocados pelo Congresso para construir casas adicionais em 2019, de acordo com os dados obtidos pela Human Rights Watch.

A campanha publicitária que Damares lançou em 25 de novembro promove o slogan: “Se uma mulher perde a voz, todas perdem”. Deveria dizer “todos perdemos”. E campanhas publicitárias são de pouca ajuda se o governo federal não investir nos serviços e políticas de que as mulheres precisam desesperadamente.

César Muñoz Acebes

Pesquisador Sênio da ONG Human Rights Watch no Brasil

Violência contra as mulheres é destaque em relatório da Human Rights Watch

Relatório analisa situação dos direitos humanos em 90 países. Diretor da ONG diz que Bolsonaro é exemplo de governante autoritário. Planalto foi procurado, mas não ainda não se manifestou.

[\(El País, 17/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A violência policial, contra as mulheres e o recorde de homicídios foram alguns dos destaques negativos do Brasil na 29ª edição do relatório mundial da [Human Rights Watch \(HRW\)](#), ONG internacional de defesa dos direitos humanos. O documento, publicado nesta quinta-feira, consiste na revisão anual das práticas de direitos humanos em mais de 90 países e territórios, incluindo o Brasil.

O relatório inicia seu capítulo sobre o Brasil destacando a violência política e [as ameaças contra jornalistas](#) que marcaram a eleição de Jair Bolsonaro no ano passado. A HRW define o presidente eleito como alguém “que endossou a prática de tortura e outros abusos e fez declarações abertamente racistas, homofóbicas e misóginas”. Por isso, a chegada do capitão reformado ao poder é vista com preocupação pela ONG. “Estamos muito preocupados com a retórica utilizada por Bolsonaro durante a eleição”, afirmou, por telefone, José Miguel Vivanco, diretor para as Américas da HRW. “É a primeira vez nesta região que se elege democraticamente um líder com discurso contra os direitos humanos.”

[Leia mais: Brasil enfrenta superlotação carcerária e ‘epidemia de violência doméstica’, diz Human Rights Watch \(G1, 17/01/2019\)](#)

Embora o relatório apresente dados anteriores à era Bolsonaro, Vivanco alerta que as medidas já tomadas pelo novo presidente nestas primeiras semanas de governo não sinalizam para uma mudança na escalada de violência e nas violações registradas no país nos últimos anos. “Definitivamente [a medida que facilita a posse de armas](#) [assinada nesta terça-feira pelo presidente] não vai reduzir a violência”, diz Vivanco.

Para ele, um dos dados mais alarmantes trazidos pelo documento é o número de mortes provocadas por policiais no Rio de Janeiro. No ano passado, quando o Estado passou praticamente o ano inteiro sob intervenção federal, [foram mortas pelas mãos de policiais 1.444 pessoas](#), entre janeiro e novembro, um recorde desde que se tem esse tipo de registro. “Em um Estado com uma população de 17 milhões de habitantes, as estatísticas oficiais mostram que a violência segue crescendo dramaticamente”, diz

Vivanco. “Os números mostram a gravidade do tema da violência policial. E a resposta não é a militarização”. [O assassinato da vereadora Marielle Franco](#) (PSOL) e do motorista Anderson Gomes são destacados no relatório entre as vítimas de homicídio no Rio de Janeiro no ano passado. Até o momento, não houve solução do caso.

A ONG também diz que a proposta de Bolsonaro na campanha de dar “carta branca” aos policiais para matar em serviço deve agravar a situação de segurança. De acordo com o relatório, as mortes provocadas por agentes podem provocar uma espiral: os homicídios tidos como execuções extrajudiciais colocam as comunidades contra a polícia, complicam as investigações e colocam os próprios policiais em risco, ao atrair possíveis represálias de grupos criminosos. Segundo a HRW, o ministro da Justiça, Sergio Moro, afirmou à ONG que o Governo Bolsonaro trabalha em um projeto de lei para “esclarecer” em quais condições um policial pode evocar legítima defesa se cometer um homicídio.

Fora do Rio de Janeiro, os índices também não são otimistas. Em 2017, a violência atingiu um novo recorde, com cerca de 64.000 homicídios no Brasil. Desses casos, poucos são investigados: o relatório destaca que o Ministério Público apresenta denúncia em apenas dois em cada dez homicídios. Entre policiais, 367 foram mortos durante serviço ou folga naquele ano. Ao mesmo tempo, em todo o país, policiais em serviço e fora de serviço mataram 5.144 pessoas, 20% a mais que em 2016.

A organização alerta para os homicídios cometidos pela polícia como forma de execuções extrajudiciais. Em São Paulo, o ouvidor da polícia examinou centenas de homicídios cometidos por integrantes da corporação em 2017, e concluiu que houve uso excessivo de força em três quartos dos casos, por vezes contra pessoas desarmadas. A HRW ainda denuncia que o Governo brasileiro não publicou um relatório anual sobre a letalidade policial e mortes de policiais, conforme orientou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em uma decisão de 2017.

Ainda sobre a violência policial, [um ponto para o qual a ONG já havia chamado a atenção](#) é sobre uma lei de 2017 que transferiu da Justiça comum para a Justiça militar o julgamento de membros das Forças Armadas

acusados de cometerem execuções extrajudiciais contra civis. O mesmo ocorre para policiais militares acusados de tortura e outros crimes: são julgados pela justiça militar, embora os homicídios cometidos por eles ainda permaneçam sob a jurisdição civil. “Isso significa que as Forças Armadas e a Polícia Militar investigam seus próprios integrantes quando acusados de cometer crimes”, diz o documento, algo que vai na contramão do que as normas internacionais determinam.

Violência de gênero

O relatório também dá destaque ao não cumprimento da [determinação do Supremo Tribunal Federal de conceder prisão domiciliar a mulheres grávidas](#), mães de crianças de até 12 anos ou de crianças ou adultos com deficiência, presas preventivamente por crimes não violentos, exceto em situações “excepcionalíssimas”. Embora o Ministério da Justiça tenha estimado que a decisão poderia ser aplicada a 10.693 mulheres, os juízes concederam a prisão domiciliar a apenas 426 detentas até 1º de maio, prazo estabelecido pelo STF para o cumprimento da decisão. O relatório denuncia que juízes “fizeram uso generalizado das situações ‘excepcionalíssimas’ para manter as mulheres na cadeia”.

A rede de proteção às mulheres também sofreu enfraquecimento. O orçamento da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres sofreu queda brusca, de 73 milhões de reais em 2014, para 47,3 milhões em 2017. Além de redução dos gastos da pasta, os equipamentos também encolheram. Entre 2016 e 2017 foram reduzidos o número de centros especializados de atendimento às mulheres - que prestam apoio jurídico e psicológico, por exemplo (de 256 para 241), de delegacias da mulher ou núcleos de atendimento da mulher em delegacias não especializadas (de 504 para 497), e de abrigos (de 97 para 74). “Em um país com mais de 200 milhões de habitantes, só existem 74 abrigos de proteção para mulheres e crianças”, diz José Miguel. “Isso reflete a falta de prioridade em relação à violência contra a mulher”. Nessa esteira, o governador de São Paulo João Doria (PSDB) vetou, nesta semana, um projeto de lei que previa o atendimento por 24 horas das 133 delegacias da mulher do Estado. Pelo Twitter, Doria, afirmou que o projeto apresentado era “inconstitucional”, e que iria “ajustar, aprovar e ampliar o projeto proposto”.

Human Rights Watch faz alerta a Bolsonaro sobre ‘monitorar’ ONGs

“Jair Bolsonaro, um membro do Congresso Nacional que endossou a prática de tortura e outros abusos, e fez declarações racistas, homofóbicas e misóginas, venceu a eleição presidencial em outubro. Violência e ameaças contra jornalistas marcaram as eleições.”

[\(Valor Econômico, 17/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O trecho acima introduz o capítulo sobre Brasil do 29º relatório mundial que aborda a situação dos direitos humanos em mais de 100 países, divulgado nesta quinta-feira pela Human Rights Watch.

A Human Rights Watch decidiu lançar, neste ano, no Brasil, a edição do relatório mundial num claro sinal de preocupação da organização internacional com políticas públicas que serão adotadas pelo governo Bolsonaro.

José Miguel Vivanco, diretor para as Américas da Human Rights, veio ao Brasil para o lançamento da publicação e dirigentes da organização participaram, nesta semana, de audiências em Brasília com três ministros brasileiros que vão tratar de temas relacionados a direitos humanos.

Na audiência com o ministro da Secretaria de Governo, Alberto Santos Cruz, Vivanco externou a preocupação da Human Rights com a medida provisória, editada no primeiro dia do governo Bolsonaro, que dá poderes ao

ministério para “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as ações e atividades” de organizações não-governamentais.

“Nossa principal preocupação é que a medida permite ao governo, com uma enorme amplitude, fiscalizar as ONGs no Brasil. A linguagem usada [na medida provisória] é amplíssima, não distingue que tipo de organizações serão fiscalizadas, qual tipo de ação técnica vão monitorar”, afirmou Vivanco.

Segundo ele, a proposta do governo provoca ainda mais temores pelo fato de não haver qualquer especificação de que o monitoramento atingirá apenas organizações que recebem recursos da União, abrindo espaço para interferências também em ONGs que não recebem dinheiro público.

“As organizações deveriam operar com autonomia em qualquer sociedade democrática”, enfatizou Vivanco.

Durante a audiência com Santos Cruz, não houve qualquer sinalização de que o governo Bolsonaro estaria disposto a rever a medida.

‘Nem famílias visitam as mulheres presas’, diz Cármen Lúcia

No dia em que deixou de ser presidente do Supremo e do CNJ, Cármen Lúcia já estava informada sobre onde se encontravam as 483 presas grávidas ou lactantes do Brasil. “Todas foram ouvidas pela juíza auxiliar”, disse à plateia - inteiramente feminina - que assistiu ao encontro da Human Rights Watch sobre “Mulheres, Direitos e Poder”, ontem, na Casa Manioca, no Jardim Paulistano. Participou também da conversa a desembargadora Kenarik Boujikian, do TJSP - conhecida pelo ativismo em direitos humanos e por ter

condenado Roger Abdelmassih a 278 anos de prisão em 2010.

(O Estado de S. Paulo, 11/12/2018 - acesse no site de origem)

As duas falaram sobre a mulher como vítima e sobre a presa grávida, em painel com a diretora executiva da HRW no Brasil, Maria Laura Canineu, e a jornalista Ana Paula Padrão. “A fila de espera para visitar em presídios masculinos é enorme. A maioria das visitas é de mulheres, que vão ver seus filhos, seus maridos. Já no presídio feminino, não vai ninguém. Nem as famílias”, alertou a ministra.

Na visão de Cármen e Kenarik, a mulher encarcerada é tratada com mais dureza pela sociedade. “Há uma cobrança para que as mulheres sejam recatadas e do lar. Então, uma mulher não pode praticar crime. E (quando os comete) tudo com elas é mais cruel”, lamentou a desembargadora.

Kenarik deu um exemplo de como o próprio Judiciário encontra mecanismos para punir mulheres descartando direitos previstos em lei: as que tentam um aborto caseiro, que passam por complicações médicas e vão parar no hospital são muitas vezes alvo de processo criminal com base em depoimentos de profissionais da saúde. “E os juízes assinam em baixo. Mas isso não é uma prova permitida, em razão do sigilo médico”, explicou.

Sobre o caso de Abdelmassih, Kenarik disse ter aprendido na prática o que as pesquisas já dizem: mulheres vítimas de violência sexual não confiam na Justiça. “As pessoas perguntam por que elas demoram para noticiar o crime. Mas o que nós damos, como Estado, de suporte para que essa mulher faça alguma coisa? É muita dor para você carregar e levar para a frente de um estranho”, argumentou. E garantiu à plateia, com a voz abatida, que nunca chora quando está em audiência.

Criminalização do aborto no Brasil contraria os direitos humanos, diz organização

Alerta é da Human Rights Watch. Supremo Tribunal Federal está analisar uma ação contra a criminalização do aborto nas primeiras 12 semanas de gravidez

[\(Diário de Notícias, 31/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A organização Human Rights Watch (HRW) alertou hoje que as leis sobre o aborto em vigor no Brasil são incompatíveis com as obrigações assumidas pelo país na área dos direitos humanos.

A organização não-governamental (ONG) participará na próxima semana numa audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, que está a analisar uma ação que contesta a criminalização do aborto nas primeiras 12 semanas de gravidez.

Num vídeo divulgado nesta terça-feira, a ONG apresenta relatos de médicos e mulheres que fizeram abortos e destacou que pedirá ao tribunal que considere as obrigações do Brasil e a lei internacional sobre o aborto antes de decidir o caso.

O aborto é ilegal no Brasil exceto em casos de violações, quando o procedimento é necessário para salvar a vida da gestante ou quando o feto sofre de anencefalia - um distúrbio cerebral congênito fatal.

Mulheres ou meninas que realizem abortos no país sob qualquer outra circunstância sujeitam-se a penas de até três anos de prisão se forem denunciadas.

Reportagens divulgadas pelos media locais sugerem que mais de 300 casos criminais relacionados com aborto foram registados pelos tribunais do país em 2017, baseados em relatos de profissionais de saúde depois de as

mulheres procurarem ajuda e cuidados pós-aborto.

A Human Rights Watch documentou as consequências das restrições brasileiras ao aborto num relatório divulgado em julho de 2017 sobre o impacto do surto do zika vírus no país.

“Nenhuma mulher ou menina deve ser forçada a escolher entre continuar uma gravidez contra seus desejos ou arriscar sua saúde, vida e liberdade para fazer um aborto clandestino”, disse José Miguel Vivanco, diretor das Américas da Human Rights Watch.

“O caso agora diante do Supremo Tribunal Federal é uma oportunidade crucial para oferecer às mulheres e meninas do Brasil uma maior opção reprodutiva, de acordo com seus direitos sob a lei internacional de direitos humanos”, acrescentou.

Em março de 2017, o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), com apoio do grupo não-governamental Anis - Instituto de Bioética, entrou com uma petição no STF contestando a criminalização do aborto nas primeiras 12 semanas de gravidez.

A Human Rights Watch enviou um resumo das obrigações do Brasil e a lei internacional de direitos humanos a este tribunal e deve apresentar um parecer na audiência pública convocada para debater o tema antes dos juízes decidirem o mérito da ação apresentada pelo Psol.

‘Há uma tendência global de descriminalização do aborto’,

afirma diretor da Human Rights Watch

Segundo José Miguel Vivanco, ainda é uma incógnita se Argentina e demais países da região vão aderir à mesma disposição de países desenvolvidos

[\(O Globo, 14/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A aprovação na Câmara argentina do projeto de legalização do aborto foi considerado um passo importantíssimo dado pelo país por organizações internacionais como a Human Rights Watch (HRW). Em entrevista ao GLOBO, o diretor para as Américas da HRW, José Miguel Vivanco, assegurou que “a criminalização do aborto não limita os abortos, senão que os torna ilegais e inseguros, vulnerabilizando a vida e a saúde das mulheres”. Vivanco destacou a decisão do presidente Mauricio Macri de promover o debate e disse esperar que outros governos da região façam o mesmo.

Qual é sua opinião sobre as campanhas a favor e contra o aborto legal?

Acho que é extraordinário que exista um debate amplo e democrático sobre as diferentes posturas acerca de um tema que desperta tantas paixões. Na Argentina isso se viu, tanto no Congresso como nas ruas e meios de comunicação, e é uma boa notícia. Nossa posição é clara sobre a necessidade de legalizar o aborto para que a Argentina cumpra com suas obrigações jurídicas internacionais em relação aos direitos humanos. Mas todas as opiniões devem ser ouvidas e respeitadas.

O presidente Macri defendeu o debate, mas não expôs sua posição. O senhor acha que foi um erro?

A posição de Macri, ao permitir este debate na Argentina, apesar de que ele seja contra a legalização, é digna de um democrata. Seria bom que tivéssemos mais líderes na região que, sem pertencer à esquerda, abrissem as portas para discussões desse tipo.



José Miguel Vivanco, diretor da Human Rights Watch (Foto: AP)

Quais são os pontos mais importantes do projeto?

Os avanços do projeto são a legalização do aborto sem restrições até as 14 semanas de gestação e que permite às mulheres abortar depois desse prazo em casos nos quais seja diagnosticada a inviabilidade da vida extrauterina do feto. Também continua vigente, depois das 14 semanas, a possibilidade de abortar legalmente em casos previstos na legislação atual, como estupro ou risco de vida ou de saúde para a mulher.

Se esta lei for aprovada, o senhor acredita que outros países da região poderiam seguir o mesmo caminho?

Existe uma tendência global em relação à descriminalização do aborto. Num recente estudo científico, o Guttmacher Institute mostrou que, desde o ano 2000, pelo menos 28 países reformaram sua legislação sobre aborto. Todos, com exceção da Nicarágua, ampliaram as disposições legais para permitir abortos e proteger a saúde da mulher seja por motivos socioeconômicos ou para autorizar abortos sem restrições durante um período específico. Houve avanços na região, por exemplo no Chile, onde no ano passado deixou de existir a proibição absoluta sobre aborto. A grande incógnita é saber se a Argentina e os demais países da região onde está vigente uma legislação

restritiva sobre esta questão poderão aderir à tendência global de países desenvolvidos.

Quais seriam as consequências mais graves se o projeto não passar no Senado?

A Argentina manterá o cruel status quo que faz com que a vida e a saúde de suas mulheres esteja muito vulnerável. De acordo com estatísticas oficiais do Ministério da Saúde, mais de 17% das 245 mortes de mulheres grávidas em 2016 foram causadas por abortos. O aborto é a principal causa de mortalidade materna no país. A criminalização do aborto não limita os abortos, senão que os torna ilegais e inseguros, vulnerabilizando a vida e a saúde das mulheres.

Este debate é parte de uma campanha mais ampla de grupos feministas na região. Por que o senhor acredita que o feminismo está vivendo este momento de tanta luta nas ruas de países como Argentina e Chile?

Não se trata, necessariamente, de uma luta do feminismo militante. É uma demanda de diferentes setores da sociedade para proteger o direito das mulheres.

Qual é o principal argumento da defesa do aborto legal?

Podemos ter pontos de vistas muito diferentes partindo de uma visão religiosa, médica ou pessoal sobre quando começa a vida. Mas não podemos impor essa visão de uns sobre outros e a criminalização do aborto faz justamente isso. O direito internacional é claro sobre a obrigação dos Estados de garantir que as mulheres tenham acesso a abortos legais e seguros. Isso não significa que mais mulheres abortarão, mas que fazê-lo não implicará arriscar sua saúde e suas vidas. Trata-se de uma medida indispensável para proteger direitos humanos das mulheres, incluído o direito à vida, à saúde e a não sofrer tratos cruéis e degradantes.

Janaína Figueiredo

Decisão sobre “cura gay” é criticada pela Human Rights Watch

[Além de criticar o Supremo Tribunal Federal por ter validado a Lei da Anistia](#), a Human Rights Watch (HRW) citou novamente o Judiciário em seu [relatório](#) divulgado nesta quinta-feira (18/1) ao repudiar a decisão de um juiz federal em Brasília que permitiu que psicólogos façam tratamentos para alteração de orientação sexual. A medida ficou popularmente conhecida como “cura gay”.

[\(ConJur, 19/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A [decisão](#) mencionada impede os psicólogos de oferecerem o tratamento, mas permite que esses profissionais prestem auxílio aos interessados em mudar sua orientação sexual. A HRW lembra que o Conselho Federal de Psicologia é contra esse tratamento e recorreu da decisão.

A Human Rights Watch é uma organização internacional sem fins lucrativos voltada à proteção dos Direitos Humanos. Seus recursos vêm de doações de pessoas físicas e jurídicas, contribuições governamentais, da realização de eventos e da organização de publicações.

Ainda sobre orientação sexual, a ONG destaca que a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos recebeu 725 denúncias relacionadas à violência física ou psicológica contra homossexuais e transgêneros no primeiro semestre de 2017. O caso citado como exemplo de intolerância foi o da transgênero Dandara dos Santos, de 42 anos.

Ela, que morava no Ceará, foi agredida com socos e pedras até a morte por alguns homens. A HRW também questiona a demora na chegada da polícia cearense à ocorrência mesmo após duas denúncias por telefone. Lembra

também que a polícia não explicou o porquê da demora e só deteve os suspeitos após o vídeo do espancamento ser publicado nas redes sociais.

Mulheres desprotegidas

A violência contra a mulher foi outro ponto abordado pela ONG. Desde as tentativas de limitação ao aborto até as agressões praticadas contra elas por homens, especialmente filhos e companheiros.

A entidade destaca as que as limitações ao aborto no Brasil — restrito a casos de estupro e de anencefalia do feto — levam mulheres a correr risco de vida, por conta das interrupções de gravidez em clínicas clandestinas.

A ONG destaca que o Supremo Tribunal Federal tem entre seus processos dois pedidos de descriminalização do aborto e que foi aprovado na Câmara dos Deputados um projeto de lei que proíbe o aborto em qualquer circunstância.

“Uma última pesquisa nacional de aborto estima que 416 mil mulheres brasileiras tenham realizado aborto em 2015. O Ministério da Saúde informou à Human Rights Watch que médicos administraram apenas 1.667 abortos legais naquele ano”, detalha o documento.

As medidas para coibir a violência doméstica no Brasil são outro ponto analisado pela HRW. A ONG afirma que a implementação da Lei Maria da Penha “ainda está incompleta” porque faltam às delegacias especializadas servidores. Diz ainda que essas unidades de atendimento policial fecham durante a noite e aos finais de semana, além de permanecerem concentradas nas grandes cidades.

“De acordo com os dados disponíveis, milhares de casos por ano não são devidamente investigados”, diz, lembrando que muitos casos de violência doméstica permanecem impunes e acabam desaguando no assassinato da vítima. “Em 2016, 4.657 mulheres foram mortas no Brasil, segundo dados oficiais compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Um estudo de 2013 estimou que, na metade dos casos de homicídios de mulheres, o agressor era o parceiro, ex-parceiro ou um familiar.”

Morte de mulheres é “verdadeira derrota” para o Brasil, diz ONG Human Rights Watch

Leis específicas de combate à violência contra a mulher, no Brasil, ainda não representam garantia de punição aos agressores, tampouco de políticas públicas efetivas e preventivas quanto a esses casos na área de segurança. A avaliação é de representantes da ONG Human Rights Watch no Brasil e foi feita nesta quinta-feira (18), em São Paulo, durante apresentação do relatório anual da entidade — uma das principais vozes na defesa dos direitos humanos no mundo.

[\(UOL, 18/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

No caso do Brasil, o documento apontou que casos crônicos de violações aos direitos humanos persistem. A violência contra a mulher, ao lado da ação violenta das polícias e da situação nos presídios, são exemplos de destaque.

O pesquisador sênior da entidade no Brasil, César Muñoz, coordenador do relatório, considerou que ainda são altos os números que revelam mortes de brasileiras em razão do gênero. Só em 2016, por exemplo, ano-base para o levantamento, mais de 4.600 mulheres foram assassinadas no país por razões atreladas à própria condição de serem mulheres, sobretudo em casos de violência doméstica.

Desse total, destacou o relatório, o Ministério Público apresentou denúncia em ao menos 2.904 casos - alguns Estados não disponibilizaram ou forneceram dados parciais - de suposto feminicídio. Definido por lei desde 2015, o feminicídio é agravante do homicídio ao considerar que a vítima foi morta “por razões da condição de sexo feminino”.

“A morte de tantas mulheres é uma verdadeira derrota para o Brasil, uma vez

que grande parte desses casos poderia ter sido prevenida. São revoltantes esses números”, considerou o pesquisador.

Leis positivas, ações insuficientes

Além da lei do feminicídio, Muñoz citou como resposta positiva do Estado brasileiro no combate à violência de gênero a lei Maria da Pena, com foco na violência doméstica e prestes a completar 12 anos. Mesmo assim, ressaltou o pesquisador, dispositivos da Maria da Penha ainda carecem de implementação ou de efetividade na aplicação.

“Nossa pesquisa identificou deficiências na investigação desses casos de violência doméstica e de feminicídio, crime este que é decorrente de anos seguidos de prática violenta com a qual o Estado brasileiro não parece ainda estar preparado para lidar”, declarou Muñoz.

Como exemplos, o pesquisador citou as delegacias especializadas da mulher insuficientes de recursos e com uma operação que, não raro, prejudica as denúncias, uma vez que as unidades fecham durante a noite e aos finais de semana e ainda se concentram em capitais e grandes cidades.

“Política de segurança não é feminina”, lamenta diretora

“Os resultados do nosso relatório demonstram que a violência contra a mulher persiste como um problema muito sério. Acho que houve um compromisso do Estado brasileiro por meio de edição das duas leis, no entanto, a política pública de segurança não é feminina, porque não leva a questão de gênero como um de seus temas centrais, como deveria”, classificou a diretora da HRW no Brasil, Maria Laura Canineu.

Para a a diretora, o número de mulheres mortas em razão do gênero “é muito relevante” e precisa ser analisado fora do contexto geral de homicídios. “São coisas diferentes, uma vez que, no crime de homicídio, em geral, não tem a identificação imediata do autor, como ocorre, com mais frequência, no feminicídio. Tem-se essa possibilidade de investigação, tem-se o compromisso institucional, mas as políticas públicas ainda não foram desenvolvidas a ter a questão gênero como central na punição a essa violência”, argumentou.

Indagada sobre o senso comum que considera, não raro, que, se há lei específica para assassinatos de mulheres, deveria haver também para o de homens, Maria Laura define: desnaturalizar esse tipo de pensamento depende de o Estado se comprometer a fazer campanhas de prevenção a esses crimes e, por meio de dados, educar.

“A ignorância em relação à existência desses dados tão graves reforça que a lei Maria da Penha não foi cumprida em uma questão fundamental: a educação. É preciso que educação em gênero seja incluída nos currículos escolares”, defendeu a diretora. “A criança e o adolescente de hoje precisam estar preparados para entender direitos fundamentais e, com isso, se tornarem adultos capazes de compreender que feminicídio é uma questão central e multiprejudicial à grande parte da população brasileira, que é a feminina”, concluiu.

Janaina Garcia

Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório

Levantamento mostra que maioria das vítimas morre com armas de fogo e na rua

[\(O Globo, 17/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Há 38 anos coletando estatísticas sobre assassinatos de homossexuais e transgêneros no país, o Grupo Gay da Bahia (GGB) registrou um aumento de 30% nos homicídios de LGBTs em 2017 em relação ao ano anterior, passando de 343 para 445. Segundo o levantamento, obtido pelo GLOBO, a cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da “LGBTfobia”, o que faz

do Brasil o campeão mundial desse tipo de crime.

A causa das mortes registradas em 2017 segue a mesma tendência dos anos anteriores, predominando o uso de armas de fogo (30,8%), seguida por armas brancas cortantes, como facas (25,2%). Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se mais homossexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBTs.

O maior número dos assassinatos (56%) ocorreu em via pública, mas também é grande o número de crimes que foram registrado dentro da casa das vítimas: 37%, segundo o levantamento. A pesquisa mostra, ainda, que em geral esses crimes ficam sem punição. A cada quatro homicídios o criminoso foi identificado em menos de 25% das vezes. Além disso, menos de 10% das ocorrências resultaram em abertura de processo e punição dos assassinos.

Tais mortes “crescem assustadoramente” quando comparados com os números registrados em 2000, afirmam os pesquisadores: saltaram de 130 para 445. O levantamento do GGB é feito com base em notícias publicadas na imprensa, na internet e informações pessoais compartilhada com o grupo.

Houve ainda significativo aumento de 6% nos óbitos de pessoas trans, indica o relatório.

O antropólogo Luiz Mott, fundador do GGB e responsável pelo site “Quem a homotransfobia matou hoje” critica a falta de estatísticas do governo, uma vez que a homofobia é subnotificada.

— A falta de estatísticas oficiais, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, prova a incompetência e homofobia governamental, já que a presidenta Dilma prometeu aprovar, mas mandou arquivar o projeto de lei de criminalização e equiparação da homofobia ao crime de racismo e o presidente Temer não atendeu ao pleito do Movimento LGBT sequer para ser recebido em audiência — afirma Mott.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS

Das 445 vítimas de homotransfobia registradas em 2017, 194 eram gays (43,6%), 191 trans (42,9%), 43 lésbicas (9,7%), 5 bissexuais (1,1%) e 12

heterossexuais (2,7%).

Doze das vítimas foram identificadas como heterossexuais, mas incluídas no relatório pelo envolvimento com o universo LGBT, seja por tentarem defender algum gay ou lésbica quando ameaçados de morte, seja por estarem em espaços predominantemente gays ou serem amantes de travestis.

O que mais chama atenção em 2017 é o significativo aumento de 6% nos óbitos de pessoas trans, indica o relatório.

Enquanto nos últimos cinco anos as/os transgêneros representavam em média 37% dos assassinatos, no último ano subiram para 42,9%.

“Observe-se que tal crescimento é particularmente grave, pois enquanto os gays representam por volta de 20 milhões de habitantes, ou 10% da população brasileira, estima-se que as travestis e transexuais não devem ultrapassar 1 milhão de pessoas (infelizmente faltam estatísticas oficiais sobre tais populações), o que significa que o risco de uma trans morrer vítima da homotransfobia é 22 vezes maior do que os gays”, avaliam os pesquisadores.

No documento é comparada nossa situação com a dos Estados Unidos, onde 25 trans foram mortas, ante as 191 travestis e transexuais brasileiras assassinadas em 2017. Diante desses dados o grupo afirma que as trans brasileiras correm 12 vezes maior risco de morte violenta do que as trans norte-americanas.

De acordo com o Relatório Mundial da Transgender Europe, de um total de 325 assassinatos de transgêneros registrados em 71 países entre 2016 e 2017, mais da metade (52%) ocorreram no Brasil (171) , seguido do México (56) e dos Estados Unidos (25).

CAUSA DA MORTE

O documento revela que 37% das mortes ocorreram dentro da própria residência, 56% em vias públicas e 6% em estabelecimentos privados.

Via de regra, travestis que se prostituem são executadas na “pista” com tiros

de revólver, pistola e escopeta, mas também vítimas de espancamento, pauladas e pedradas.

Os gays são geralmente executados a facadas ou asfixiados dentro de suas casas, lançando mão de fios elétricos para imobilizar a vítima, almofadas para sufocar e de objetos domésticos para tirar-lhes a vida.

Diversas vezes o assassino executou no mesmo ato um casal de gays ou de lésbicas: no caso das homossexuais femininas, tais crimes foram perpetrados muitas vezes por ex-companheiros ou familiares inconformados com a união homoafetiva.

PERFIL DAS VÍTIMAS

Quanto à idade das vítimas, predominaram assassinatos e mortes na faixa etária de 18 a 25 anos (32,9%), sendo que 41,2% estavam entre 26 e 40 anos; 5,7% eram menores de 18 anos: três travestis tinham apenas 16 anos quando foram assassinadas a tiros na pista.

Em 1,9% das mortes, as vítimas eram da terceira idade: o gay mais idoso tinha 75 anos, seguido por um advogado de 72 anos.

Os brancos (66%) são as maiores vítimas, seguidos de pardos (27%) e negros (7%).

Quanto ao perfil racial por categoria sexológica, observa-se que as transexuais e travestis negras são maioria (38%), seguidas dos gays (31%) e lésbicas (21%).

PUNIÇÃO

O relatório ressalta que em menos de um quarto desses homicídios o criminoso foi identificado e menos de 10% das ocorrências redundaram em abertura de processo e punição dos assassinos.

A maior parte dos assassinos identificados eram desconhecidos da vítima, relacionamento casual. Apenas 4% (18) dos criminosos eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

O responsável pela sistematização do banco de dados do site “Quem a homotransfobia matou hoje” , bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais Eduardo Michels, afirma que 99% destes homicídios contra LGBT têm como agravante seja a homofobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade; seja a homofobia cultural, que pratica bullying contra lésbicas e gays, expulsando as travestis para as margens da sociedade onde a violência é endêmica; seja a homofobia institucional, quando os governos não garantem a segurança dos espaços frequentados pela comunidade LGBT ou vetam projetos visando a criminalização da homofobia.

SUICÍDIO DE LGBT

Desde o relatório de 2016, além dos homicídios, são incluídos também os suicídios de LGBT+ no rol das mortes causadas pela homotransfobia.

Justifica-se a inclusão pelo fato de pesquisas internacionais revelarem que a taxa de suicídios dentro do segmento LGBT, sobretudo entre jovens, é significativamente mais alta do que entre heterossexuais: “jovens rejeitados por sua família por serem LGBT têm 8,4 vezes mais chances de tentarem suicídio” e “lésbicas, gays e bissexuais adolescentes têm até cinco vezes mais chances de se matarem do que seus colegas heterossexuais”.

Em 2017, além dos 387 homicídios de LGBT, o GGB registrou a ocorrência de 58 suicídios no Brasil, sendo 33 gays, 15 lésbicas, 7 trans e 3 bissexuais.

Sete suicidas estavam na faixa etária de 14 a 19 anos, 13 entre 20 a 29 anos e 6, de 30 a 36 anos.

Alguns deixaram cartas denunciando o sofrimento motivado pela sua homotransexualidade, outros chegaram a gravar vídeo nas redes sociais anunciando sua morte.

OS NÚMEROS DA LGBTFOBIA

A cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da homotransfobia

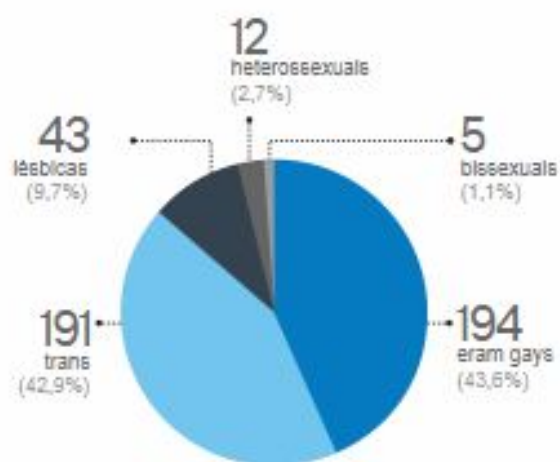
EM 2017, FORAM REGISTRADAS

445 mortes

EM 2000, O NÚMERO ERA

130 mortes

DAS 445 VÍTIMAS REGISTRADAS EM 2017:

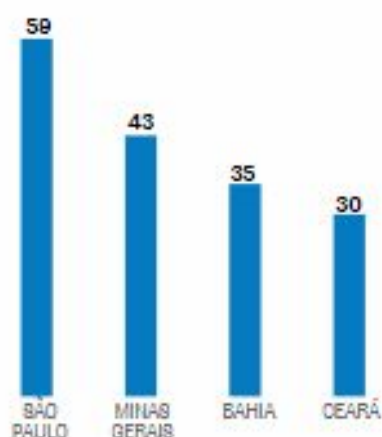


12 vítimas

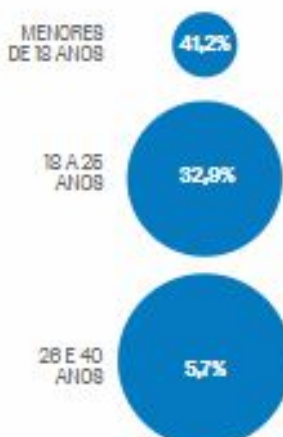
foram identificadas como heterossexuais, mas incluídas no relatório pelo envolvimento com o universo LGBT, seja por tentarem defender algum gay ou lésbica quando ameaçados de morte, por estarem em espaços predominantemente gays ou serem amantes de travestis.

MAIORES NOTIFICAÇÕES DE HOMICÍDIOS E SUICÍDIOS DE LGBT:

EM 2017, EM TERMOS ABSOLUTOS



IDADE DAS VÍTIMAS:



Fonte: Grupo Gay da Bahia, com base em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais

© GLOBO

PERFIL REGIONAL

Em 2017 a média de assassinatos e mortes de LGBT no Brasil foi de 2,14 por um milhão de habitantes, 0,45 superior em relação a 2016 (1,69).

Os estados que notificaram o maior número de homicídios e suicídios de LGBT em 2017 em termos absolutos foram São Paulo, com 59 vítimas, Minas Gerais, com 43, Bahia, com 35, e Ceará, com 30.

A Região Norte continua acima da média nacional, mantendo a mesma liderança dos anos anteriores, com 3,23 mortes por um milhão de pessoas.

Pela primeira vez, nos últimos cinco anos, o Nordeste deixou de ser a segunda região mais homotransfóbica, ultrapassado pelo Centro-Oeste, com 2,71 mortes por milhão de habitantes, baixando o Nordeste para 2,58.

As regiões meridionais são proporcionalmente as mais tolerantes às minorias sexuais, avalia o documento: no Sudeste, a média é 1,70 mortes por cada milhão e o Sul, 1,52.

Na região Norte, o Acre revelou ser o estado mais lgbtfóbico, com a média mais alta do Brasil, 8,44 mortes por milhão de pessoas, sendo a média nacional 2,14 e a regional, 3,23, duplicando o número de mortes em relação ao ano anterior.

A homotransfobia no estado do Amazonas também é particularmente preocupante, já que possuindo a metade da população do Pará, apresentou praticamente o mesmo número de mortes que o estado vizinho, afirmam os pesquisadores.

No Centro-Oeste, o Mato Grosso lidera com 4,48 mortes por um milhão de pessoas. No Nordeste, o estado mais violento para a população LGBT foi Alagoas, com 23 mortes, ou seja, 6,81 para cada milhão de habitantes. No Sudeste, o risco de um LGBT+ ser assassinado ou se suicidar teve como média regional 2,39 para cada milhão de habitantes.

São Paulo, que em número totais lidera esse ranking, com 59 mortes, apresenta o mais baixo índice de mortes por milhão de habitantes (1,31).

A Região Sul tem sido tradicionalmente a área menos LGBTfóbica do país,

com uma média de 1,45 mortes por cada milhão de habitantes. No Paraná foram registrados 23 óbitos.